

O PROGRESSO, A ORDEM E O HIGIENISMO NA CONSTITUIÇÃO DA COMMUNITAS CAPITALISTA BANGUENSE (1888-1919)

THE PROGRESS, THE ORDER AND THE HYGIENISM IN THE CONSTITUTION OF THE CAPITALIST COMMUNITY OF BANGUENSE (1888-1919)

Paulo Cesar dos Reis

 <https://orcid.org/0009-0002-8200-471X>

Correspondência: profpaulodosreis@gmail.com

Univassouras/Maricá.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89445

Recebido em: 30 jan. 2025 | **Aceito em:** 07 fev. 2025

RESUMO

O texto aborda como as categorias de progresso e ordem, juntamente com o higienismo, fundamentam o projeto de modernização conservadora do Rio de Janeiro, usando a Fábrica Bangu como estudo de caso. Entre os séculos XIX e XX, o bairro operário de Bangu é exemplar para a discussão acerca do progresso e ordem como conceitos basilares do processo de organização do território. O higienismo se conecta ao discurso eurocêntrico da cidade moderna. A reflexão proposta analisa essas dimensões da modernização e conservação, que ainda influenciam a sociedade e a configuração da cidade contemporânea.

Palavras-chave: Modernização conservadora; Bangu; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The text discusses how the categories of progress and order, along with hygienism, underpin the conservative modernization project of Rio de Janeiro, using the Bangu Factory as a case study. Between the 19th and 20th centuries, the working-class neighborhood of Bangu exemplifies the discussion about progress and order as foundational concepts in the process of territorial organization. Hygienism connects to the Eurocentric discourse of the modern city. The proposed reflection analyzes these dimensions of modernization and conservation, which still influence society and the configuration of the contemporary city.

Keywords: Conservative modernization; Bangu; Rio de Janeiro

1 INTRODUÇÃO

Pouco a pouco a chaminé vermelha se desenha, os edifícios divisados ganham formas nítidas e, afinal, da estação do especial já parado, temos diante dos olhos toda a fábrica, o colosso que é a grande ‘urbs’ do trabalho de fiação e tecidos do ‘Bangu’. (GNRJ, 05.10.1910)

O edifício da sede da Companhia Progresso Industrial do Brasil (Fábrica Bangu) foi erguido em uma parte da Fazenda do Bangu, ocupando 18.649m² de área construída. O projeto arquitetônico foi pensado a partir do estilo Manchesteriano de Fábrica, com fachada sóbria de tijolos aparentes, vigamento de ferro fundido, linhas simétricas e a máxima racionalização possível do espaço, seguindo o padrão inglês de indústria moderna que já fazia uso de concreto armado, material relativamente novo nesta época.

Cabe salientar que foi construída uma olaria para dar conta da produção de material necessário para edificação da fábrica e dos demais prédios que faziam parte deste complexo fabril, incluindo as primeiras 95 casas da Vila Operária. Não havia olarias equipadas no Rio de Janeiro para produzir tijolos de alta densidade, necessários para a construção dos edifícios fabris (Silva, 1989).

Ressalta-se a inclusão da Vila Operária ao complexo fabril assim como a Igreja e o Cassino (edificados posteriormente), todos mantendo a estética construtiva, dando uma conotação de conjunto, formando plástica e culturalmente esta *communitas* capitalista, que por sua vez produz uma identidade que traz um sentido de pertencimento ao lugar: espaço do trabalho, da moradia, do lazer e da vida como um todo, isto é, uma verdadeira *communitas*.

Ao pensarmos nos *corpus fabris*, nas corporações de ofício, este *topos* torna-se essencial para o desenvolvimento do empreendimento fabril, em um país que acabou de abolir a escravidão e proclamar sua República, havia a necessidade de se buscar símbolos novos que justificassem toda esta transformação em curso, dando corpo ao ideal de progresso.

2 O PROGRESSO E SUA PRÁXIS NA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

As ponderações acerca da categoria progresso traçadas por Theodor Adorno no início do século XX, portanto contemporâneo da gestão de João Ferrer (1903-1919) na

Bangu,¹ são fundamentais para o entendimento da hipótese que move este artigo. Adorno traz uma reflexão interessante sobre a epistemologia da categoria progresso a partir de uma visão dialética que confronta Georg W. F. Hegel e Karl Marx no pensar desta ideia-força, que foi exaustivamente trabalhada pelos intelectuais do século XIX em todos os campos das ciências.

Tanto Hegel quanto Marx são testemunhas de que mesmo a visão dialética do progresso requer correções. A dinâmica de que falavam não é pensada como dinâmica pura e simples, mas na unidade com seu contrário, algo fixo sem o qual não há como ler a dinâmica nos fenômenos (Adorno, 1992).

Adorno evoca aqui o quadro mental do século XIX em que pese todo um pensar da filosofia e das ciências de maneira geral sobre o porvir, isto é, o sentido do futuro que se constrói a partir do movimento sempre para frente do conhecimento humano. Acrescenta-se a ideia da liberdade como motor deste progresso humano. Desde o Renascimento a liberdade faz parte do ideal de sociedade, cidade e ser humano, em todas as perspectivas, incluindo a econômica. As teorias de Adam Smith são, por exemplo, uma reflexão ilustrada acerca das relações humanas na economia.

Adorno prossegue sua reflexão expondo a crítica que Marx fez ao fetichismo dos ilustrados acerca da ideia de progresso, assim sendo Marx:

[...]criticou como fetichistas todas as concepções da naturalidade da sociedade, igualmente rejeitou, [...] a absolutização da dinâmica na doutrina do trabalho como a única fonte da riqueza social; e ele admitiu a possibilidade da recaída na barbárie. Será por mais do que mero acaso que Hegel, apesar da famosa definição da história, não contenha uma teoria explícita do progresso, e que Marx parece mesmo ter evitado a palavra, também na sempre citada passagem programática da introdução à Crítica da Economia Política (Adorno, 1992).

Nesta assertiva de Adorno, fica clara a intenção tanto de Hegel quanto de Marx de escaparem desta discussão que traz um elemento que está, naquele momento, distante dos dois, o mundo real. Pelo viés da economia e da política, em sua maturidade intelectual, Marx buscou se retratar ao analisar as dimensões materiais da vida cotidiana,

¹Secretário da Bangu no período de 1903-1919, onde o ideal de progresso e ordem se associaram à categoria higienismo a partir das compensações sociais (água, esgoto, luz, parque, zoológico, piscina, cassino, entre outras benesses dadas pela fábrica aos seus operários).

conseguindo realizar esta tarefa com sucesso a partir de 1852.²

Adorno prossegue sua reflexão evocando novamente Hegel e Marx e colocando o ‘tabu dialético’ do fetiche como arma de guerra epistemológica para a concepção desta categoria-chave, que se liga ao entendimento da constituição dos estados nacionais capitalistas. Portanto este ‘tabu dialético’:

[...]sobre fetiches conceituais, herança do velho iluminismo anti-mitológico na fase da sua auto-reflexão, estende-se também à categoria que outrora foi diluída pela reificação, o progresso, que ilude tão logo usurpa o todo como momento isolado (Adorno, 1992).

Aqui Adorno saca da gnosiologia marxista, no todo ou totalidade, para justificar a dureza da construção epistemológica da ideia de progresso enquanto palavra força de um ideal de sociedade que se constrói para além do capital, traz também a palavra/conceito *verdinglichung* que se traduz como reificação que literalmente significa transformar uma ideia em uma coisa, dando materialidade a categoria progresso que deve ser compreendida a partir de sua *práxis*, que se constrói no movimento dialético da sociedade a partir das disputas ideológicas pelos espaços, subjetivos e objetivos, de poder.

A reflexão epistemológica da categoria progresso somente se completa com a inclusão de Auguste Comte (1798-1857) criador do positivismo, que tem a razão e a ciência como princípios ordenadores da sociedade, recobrando a tradição intelectual Iluminista a partir dos acontecimentos derivados da dupla revolução, inglesa e francesa. Comte exerceu profunda influência em alguns círculos eruditos no Brasil desde, pelo menos, a década de 1830/40, principalmente no processo de construção do bloco histórico republicano que tomou o poder impondo uma forma de governo sazonal e de consulta ‘popular’.

Parcelas da elite senhorial brasileira tiveram nas reflexões positivistas uma direção propositiva para objetivar sua ação política e econômica na constituição da cidade Rio e até no projeto de Estado Nacional, que se ordenou neste longo processo. O positivismo deu as bases teóricas para os intelectuais orgânicos do urbanismo projetarem um ideal de cidade que pode ser visto na evocação da categoria progresso em conformidade com o higienismo. Estas duas categorias estruturantes do capitalismo industrial encontraram na ordem ou conservação o *status quo* necessário para o processo totalizante de

²Apenas em 1939 surgiu a primeira edição em língua portuguesa. Esta edição foi traduzida a partir da segunda edição publica em 1869, com modificações.

modernização das concepções de Estado, Nação e Povo.

Assim sendo, pode-se dizer que o *ethos* capitalista é mais fluido e dialético que a teoria política e econômica do capital. Adam Smith é exemplar nesta questão, pois não foi um economista, *stricto sensu*, e sim um filósofo moralista do Liberalismo econômico, que se preocupou com a natureza e as causas da riqueza das nações, assim como Karl Marx o foi para o Capitalismo, buscando explicar as suas origens sociais, filosóficas, jurídicas, políticas e econômicas a partir de sua trajetória histórica.

A fetichização do progresso reforça a sua particularidade, sua limitação às técnicas. Se o progresso verdadeiramente se assenhorasse do todo, cujo conceito traz as marcas da sua violência, então ele não mais seria totalitário. Ele não é uma categoria conclusiva; ele quer obstar o triunfo do mal radical, e não triunfar sobre si próprio. (Adorno, 1992)

Nestas colocações de Adorno, torna-se clara a fluidez da categoria progresso que se distancia da concepção idealizada pelos filósofos da Ilustração. Adorno problematiza o debate ao colocar o sentido dialético nesta categoria, portanto para o entendimento da formação do Estado Nacional Capitalista, far-se-á necessário aguçar o olhar para além das fronteiras da economia e da política, progresso precisa ser visto como um conceito temporal suscetível a mudanças e interpretações conjunturais, diferentemente de categoria que requer certa imobilidade epistêmica para o entendimento de seu significado e significância.

O sentido deste caminhar para frente só se revela em sua plenitude quando a Cultura se torna fator preponderante da análise, segundo Adorno. A categoria progresso deixa assim de ser totalitária para ser totalizadora, no sentido da libertação do ser humano das amarras impostas pela economia e ou política.

A categoria progresso para o positivismo comtista esbarra nesta condicionante, o totalitarismo. Ao impor um tipo de desenvolvimento totalizante, que coloca a racionalidade e o cientificismo como pressupostos objetivos para o progresso ou modernização, não levando em conta a dimensão da Cultura e dos valores filosóficos inerentes a cada trajetória social, seja de um país, cidade ou território. O coletivismo comtista torna-se uma camisa de força que homogeneíza os contrários, subsumindo-os à lógica totalitária imposta pela ordem.

O pensamento industrialista brasileiro foi deveras influenciado pelo positivismo comtista que levou para o pátio das fábricas e para as vilas operárias os princípios do progresso, do higienismo e da ordem no que nomeio de maquinismo higienista, em que

pese a estruturação de um *ethos* fabril que se conformou com o *ethos* senhorial. Estes discursos revelam a disputa pelo campo industrial, trazendo para a discussão diversos atores sociais antagônicos neste cenário em constituição na cidade capital.

Buscando nas reflexões de Marx sobre o progresso, Adorno evoca o princípio da totalidade para justificar certa dureza na categorização parcial que é dada pela cultura ilustrada, pois não dá conta do sentido real e total desta categoria, que é por natureza libertadora. O pensamento capitalista se apropriou do ideal de progresso, inserindo a categoria ordem para justificar a subsunção do proletariado à cultura burguesa.

O positivismo enquanto uma doutrina filosófica desenvolveu uma base teórica e metodológica calcada na:

[...]Teoria dos Três Estados. Essa teoria se encontrava fundamentada em seu método, que consiste em bases históricas, com um tratamento abstrato a consagrar as grandes linhas evolutivas da humanidade. Em sua concepção prospectiva preconizava que dois elementos se completam para a explicação dos processos: a estática e a dinâmica. (Penna, S/D).

Nesta discussão, Penna coloca que estes dois elementos foram fundamentais para o positivismo comtista. A Estática é a representação da estrutura da sociedade, em que pesem as leis da harmonia social, da hierarquia, das classes e dos indivíduos, sedimentando a ideia de ordem (Penna, S/D). A Dinâmica é tudo aquilo que se relaciona com a ação humana, com o ato de intervir, buscando sempre melhorar, progredir e avançar. Seu objetivo seria o domínio do homem sobre a natureza, onde todas as ciências pudessem se irmanar entorno do bem-estar social coletivo.

No Brasil e mais especificamente nas fábricas este jogo de poder torna-se latente nas relações de trabalho, em suas dimensões econômica, social e cultural. Os pontos de tensão entre as diversas dimensões existentes entre os operários, num mesmo espaço fabril, trazem à tona uma divisão intelectual e social do trabalho que derrama para fora da fábrica, gerando uma desarmonização da coletividade fabril, provocando conflitos intrafábrica e intravila, para o caso em análise na *communitas* capitalista banguense. Talvez o melhor exemplo sejam as moradias operárias, símbolos do progresso social que foi tão defendido pelos higienistas e socialistas do século XIX.

Pode-se conceber uma situação em que a categoria perca seu sentido e que, no entanto, não seja aquela da regressão universal, que hoje se alia ao progresso. Então o progresso se transformaria na resistência contra

o sempre presente perigo da recaída. O progresso é essa resistência em todos os graus (Adorno, 1992).

Para concluir esta categorização elaborada por Adorno, o progresso precisa ser visto como resistência ao conservadorismo, contudo para o caso em tela há uma conformação entre estas duas concepções que se revela no projeto de Estado Nacional Brasileiro. As dimensões do Barroco, da Ilustração e do Capitalismo coadunaram-se, criando um *ethos* que norteou este processo, afirmando um ideal de cidade, sociedade e ser humano em uníssono com estes princípios filosóficos e culturais.

Portanto a Fábrica Bangu, imbuída do *ethos* senhorial, evocou o projeto de modernização conservadora, trazendo-o para o chão da fábrica, isto é, para o cotidiano das pessoas comuns. Não há uma teoria pura neste discurso/ação política e sim atitudes e práticas que revelam um projeto de fábrica que está inserida na dinâmica da cidade e da Nação ao mesmo tempo.

O espelho do próspero de Richard Morse (1988), faz-se presente nesta lógica filosófica e cultural de uma territorialidade em construção. O olhar reto, pragmático e arguto do capitalista brasileiro encontra na racionalidade inglesa o seu Édipo Rei.

Assim como Narciso que busca em seu espelho a perfeição no outro/reflexo, a Fábrica Bangu busca no Estado o seu reflexo ou ideal de perfeição, para alimentá-la de esperança no futuro que está no progresso (técnico, tecnológico e social). Contudo, não abandona as tristes marcas de seu passado que permanecem vivas pela cidade em espaços precarizados e predeterminados para abrigar aqueles que não fazem parte deste futuro/progresso, no entanto, continuam ali servindo aos seus senhores.

A profecia edipiana não se realizou por completo, se conformou dando o sentido que a classe dominante e senhorial determinou. A ausência de uma ruptura institucional e cultural contribuiu diretamente para as permanências nas relações sociais, políticas e econômicas, fazendo da experiência da Fábrica Bangu um interessante objeto de reflexão.

O progresso e a ordem formam um conjunto de forças que impulsionam o Estado, a Nação e o Povo para o devir histórico da grandeza do Brasil. Para além do lema positivista estas categorias estão intrinsecamente colocadas no imaginário do brasileiro deste longo século XIX, que se constrói enquanto cidadão de um país que ainda não se formou por completo, que ainda não cumpriu o seu ideal.

O sentido ‘civilizador’ deste processo tem na indústria o seu *santo graal*, pois evoca o *ethos* senhorial como plataforma epistêmica de uma cidadania a partir da inclusão

do operário neste mundo novo que é capitalista por essência e positivista por natureza. Traz ainda, no seu bojo, uma ‘nova’ cidade que coaduna as dimensões da *urbe*, *polis* e *civita* na mesma territorialidade que só pode ser entendida em sua totalidade.³

Portanto, a Fábrica Bangu pode ser analisada como um laboratório para os experimentos econômicos e sociais que se colocam neste limiar do século XIX. Para concluir este ponto, não se trata aqui de uma política de governo e sim de uma questão de Estado ou ‘civilizacional’ que extravasa a própria forma de organização da política, pois a forma é um mero pretexto para a implantação de um sistema econômico e cultural de organização da sociedade, isto é, o capitalismo industrial e senhorial.

3 O HIGIENISMO E O DISCURSO DA ORDEM NA CONSTRUÇÃO DA COMMUNITAS CAPITALISTA BANGUENSE

O Higienismo pode ser analisado como categoria, pois o seu campo teórico foi objetivado e interpretado por grupos ou campos de ação política, econômica e social. Estas objetivações foram convertidas em discursos e ações no campo urbanístico (engenharia e saúde), influenciando, até certo ponto, o processo cotidiano de construção, desconstrução, expansão, secção, remodelação e demais intervenções nas cidades e ou territórios.

Cumprir o caráter coletivo e de ação educadora do higienismo, pois os cuidados sanitários não eram individuais e sim realizados para a comunidade, esgotamento sanitário, escarradeiras, coleta de lixo, entre outras ações que visavam uma assepsia da cidade como um todo. Os cuidados domésticos, relativos às casas também cumpriam as diretrizes do higienismo tais como pé direito alto, janelas mais largas para melhorar a ventilação, banheiro com esgotamento sanitário, água limpa e tratada eram colocadas como essenciais em uma cidade conhecida por sua falta de condições públicas e privadas de higiene.

Como Azevedo (2016) afirmou em sua tese de doutorado e coaduno com essa opinião, os engenheiros foram de grande importância para a construção de um pensamento ou ideia de progresso que se ligava ao desenvolvimento material. Acrescento

³Estas três categorias são historicamente e territorialmente construídas. *Urbe*, liga-se ao espaço físico da cidade, tem origem na Grécia Helénica, assim como *Polis*, que se liga a vida política na Urb. *Civita* é um conceito romano que está intimamente atrelado aos direitos do cidadão, dando origem a conceitos e categorias sociais como cidadania, civilização, civilidade e ao Código Civil, principal ferramenta de defesa do cidadão.

os médicos que igualmente possuíam um pensamento ou ideia de progresso da cidade pela mesma via. As concepções higienistas estavam igualmente presentes neste novo pensar da urbanidade.

Estes intelectuais orgânicos do urbanismo fluminense estavam em uníssono com o discurso capitalista e europeu de cidade asséptica, ordenada, racionalizada e controlada. Os modelos de cidade eram Paris, Londres e Chicago que, entre 1850-1890, passaram por uma série de reformas modernizantes que prezaram não apenas por um padrão novo de beleza, sobretudo pelas questões de ordem estrutural e sanitárias.

A legislação foi fundamental no processo de ordenamento da cidade, da sociedade e do cidadão, dando os limites racionais das ações individuais e ou coletivas no território. O domínio do legislativo e do judiciário pela classe dominante e senhorial foi decisivo nos rumos da cidade do Rio de Janeiro, que historicamente conviveu com figuras fortes e autoritárias que decidiram os caminhos para a constituição desta *urbe* moderna e conservadora. Assim como a sua *polis*, que foi subsumida pelo *ethos* senhorial.

Ocorreu neste período uma mudança radical em termos de ocupação e utilização do território urbano, pois com o advento da Segunda Revolução Industrial, não apenas o padrão e a escala produtiva mudaram, o fluxo de pessoas na cidade foi bruscamente alterado como pode ser atestado, para o caso do Rio de Janeiro, nos censos realizados durante esta ocasião (1870-1906). Contudo não houve mudanças sob o ponto de vista da classe dominante, que permaneceu impondo o seu *ethos* senhorial através de seus anéis burocráticos de poder (Dreifus, 1984), como no caso do domínio político do Dr. Augusto de Vasconcelos na região de Campo Grande, Bangu e Realengo por décadas, mesmo com a presença da Fábrica Bangu e seu *ethos* civilizacional.

O higienismo surgiu como resposta ao crescimento acelerado das grandes cidades, uma série de descobertas científicas nas décadas de 1830-1850 ligadas, principalmente, à microbiologia na chamada Revolução Pasteuriana produziu um novo pensar sobre a cidade. Este pensamento trouxe novas preocupações para os intelectuais orgânicos do urbanismo.

O pensamento e a ação de sindicatos e partidos políticos ligados às reflexões socialistas foram fundamentais para o contraponto a hegemonia da classe dominante e senhorial, este repensar da questão urbana trouxe o proletariado como elemento importante neste processo histórico como enfatiza Marx em suas reflexões acerca da conjuntura francesa da primeira metade do século XIX (Marx, 1852).

No Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX e inícios do XX, percebe-se o avanço do espectro das ideias socialistas. Imbuídos pelo humanismo, o sentido de justiça social, igualdade e liberdade. Estes socialistas imaginaram uma cidade menos desigual e mais acessível a todos, dialogando com uma parcela dos higienistas que acreditavam na transformação da sociedade a partir das reformas urbanísticas de cunho sanitarista.

Desde a década de 1840, a *práxis* socialista faz-se sentir na cidade Rio como atestou Fridman (2017) em artigo acerca do socialismo romântico. Este ideal socialista coadunou com o discurso do higienismo, a partir da concepção de uma cidade para todos, isto é, o combate à insalubridade na *urbe* dar-se-á a partir da instituição de uma pauta política e social higienista que cumpre citar: moradia popular salubre, fim da escravidão, demarcação de terras indígenas e rede de proteção aos operários.

Fridman chama atenção para as influências do pensamento socialista francês, que traz as ideias de progresso associadas às melhorias de vida das pessoas, principalmente dos ‘desclassificados’. Esta seria a vertente humanista e social do higienismo ao colocar os problemas das cidades brasileiras a partir da condição de insalubridade delas. Estas condições precárias foram provocadas pela política senhorial da classe dominante que socioespacializava as ações de Estado através do domínio da máquina pública. As obras de melhoria urbana eram hegemonicamente realizadas em determinadas regiões da cidade Rio (Abreu, 1987). A Comissão de Melhoramentos de 1874-1876 foi um exemplo desta política seccionadora, ao privilegiar alguns lugares da cidade que ‘mereceriam’ ser incluídos nos planos da comissão, não se pensou numa mudança de cunho geral, que entresspassasse por todas as regiões da cidade.

A Fábrica Bangu entre 1890-1917 realizou sozinha todas as obras de infraestrutura urbana em sua *communitas*, sendo o primeiro caso na cidade Rio. Somente com investimento privado, foi capaz de construir uma verdadeira cidadela em pleno sertão carioca, abrigando cerca de 3.000 pessoas no final do século XIX e aproximadamente 9.000 pessoas na primeira década do século XX, com equipamentos de lazer, saúde e educação que eram comuns apenas em algumas poucas regiões da cidade.

A situação de precariedade de determinadas áreas da cidade foi dada a partir do abandono das regiões mais vulneráveis da presença do Estado. O Rio da *Belle Epòque*, por exemplo, foi agraciado com diversas obras de melhorias urbanas em todos os sentidos. A região suburbana foi o contraponto desta política, pois pouco sentiu de progresso

realizado pelo Estado, as iniciativas ordenadoras, higienistas e racionalizadoras partiram, em essência, das fábricas como no caso da Bangu.

A primeira experiência estatal de ‘bairro popular’ dentro dos padrões higiênicos vigente pela legislação da época e com um planejamento urbano definido e aplicado, foi o bairro de Marechal Hermes, inaugurado em 1913 pelo então presidente da república Hermes da Fonseca.

A proposta dos socialistas românticos era oposta às políticas implementadas nas cidades brasileiras, principalmente na cidade Rio. Os socialistas trouxeram os ideais de melhorias urbanas, principalmente nas regiões mais pobres, com ênfase na construção de habitações populares salubres, que seguiriam regras duras de construção provocando assim, uma harmonização do território em termos de qualidade sanitária, esta era a máxima destes socialistas românticos.

Estas ideias influenciaram diretamente os operários da Fábrica Bangu, especialmente os menos qualificados que eram despossuídos de quase tudo. Havia grandes diferenças nas políticas sociais da Fábrica Bangu entre os trabalhadores estrangeiros e qualificados e os brasileiros, quase sempre, com pouca qualificação técnica (chão de fábrica).

O movimento operário carioca se organizava nesta conjuntura fortemente influenciada pelos socialistas, que trouxeram para a pauta de reivindicações as questões ligadas ao higienismo: como melhores condições de salubridade nas fábricas e em suas residências, que precisavam ser minimamente dignas.

Por outro lado, houve também um higienismo que andava lado a lado com o positivismo e o conservadorismo, prezando pela ordem como bandeira de luta. Foi um importante instrumento para dar vazão à tese das pestilências ligadas diretamente às classes ‘subalternas’. Benchimol (1992) percebeu a força deste discurso na região portuária que foi o *topos* da resistência às políticas de implementação à força, da ordem, tendo o ponto mais agudo durante a reforma Pereira Passos de 1903-1906.

Talvez a síntese desta conjuntura transformadora seja a década de 1870, pois dois movimentos de Estado foram realizados no que Benchimol chamou de primeiro Plano Urbanístico da cidade do Rio de Janeiro: A Comissão de Melhoramentos (1874-1876) e o relatório da Junta de Medicina de 1878.

Portanto, pode-se considerar que os planos urbanísticos são momentos de coroação de políticas urbanas em curso ou de um novo pensar sobre a cidade. As mudanças mais radicais são dadas no médio e longo prazo de forma mais pulverizada e

conjuntural, que atendam às demandas de ordem política, pois privilegiam determinadas regiões da cidade. Contudo, para o caso do Rio de Janeiro, as políticas de intervenção urbana sócioespacializadas (Abreu, 1987) foram mais efetivas, dando este sentido de transformação a partir das necessidades políticas, econômicas e sociais da classe dominante senhorial, que estava enraizada nos aparelhos de estado.

A racionalidade urbana que moveu o Rio de Janeiro não pode ser reduzida a monumentos de culto a determinada estética. A urbe carioca é complexa, moderna e conservadora, pois nenhuma reforma botou abaixo a totalidade da cidade. Algumas partes foram transformadas e outras perduram até hoje, com adaptações e pequenas modificações.

Em síntese vimos até aqui duas concepções ou vertentes do higienismo. A primeira menos organizada e mais idealizada, fazendo parte do campo dos humanistas e socialistas. Coloca uma visão utópica da sociedade e do processo produtivo que devem ser levados em conta no ato de pensar uma cidade equânime, isto é, com boa qualidade de vida para todos: com água limpa e encanada, esgotamento sanitário, casas higiênicas, ruas largas e calçadas entre outras melhorias urbanas que proporcionassem saúde e bem-estar para todos.

A segunda vertente, ligada ao positivismo e ao liberalismo, idealizou uma cidade seccionada socialmente e economicamente. Prezavam pela ordem e pela ‘meritocracia’ como formas de ordenação da cidade, reforçando as políticas urbanas pontuais do Estado. A elite senhorial fluminense, hegemonicamente, fez parte deste campo.

Assim sendo, é preciso estabelecer a conexão entre este debate realizado pelos intelectuais orgânicos do urbanismo fluminense no processo de construção da cidade Rio e as políticas urbanísticas da Fábrica Bangu que estão contidas no seu projeto inicial.

A região escolhida para abrigar a Fábrica Bangu e todo o aparato urbanístico necessário para o sucesso deste empreendimento que, inicialmente, prometia gerar 1.600 empregos diretos, precisava possuir características diferentes dos demais empreendimentos fabris contemporâneos. A ideia era fazer desta Fábrica rural uma verdadeira cidadela ou *communitas* capitalista para promover um ‘novo’ tipo de indústria moderna, que imbuída pelos ideais do progresso e do higienismo, seria uma luz redentora neste Estado Nacional em consolidação.

4 MÉDICOS E ENGENHEIROS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Pensar o Rio de Janeiro como capital e, portanto, estabelecer o seu processo de capitalidade é um desafio que se coloca no horizonte da reflexão crítica acerca da cidade e da ação política, econômica, cultural e filosófica de seus habitantes. Neste chão, que foi duramente conquistado como coloca Abreu (1987), deve-se estabelecer os marcos da constituição urbana do Rio de Janeiro a partir da ação histórica de sua elite senhorial que determinou, até certo ponto, as direções e os caminhos para a consolidação deste território.

Far-se-á agora, necessário, estabelecer os primeiros passos da constituição do campo do pensamento urbanístico fluminense a partir da análise das primeiras instituições associativas de médicos e engenheiros, que refletiram acerca das complexidades que cercam as grandes cidades do oitocentos, à luz da ciência e tecnologia.

Para este campo do pensamento urbano, cumpre citar a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1886) e o Clube de Engenharia (1880) que formam uma síntese do pensamento urbanístico acerca dos rumos desta cidade capital que se adensa fortemente em termos de população, ganhando uma grande complexidade neste longo século XIX.

A SMCRJ, fundada em 1886, foi organizada para dar continuidade ao ideal da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829),⁴ de difusão dos saberes médicos científicos. A SMCRJ conseguiu agregar um número elevado de associados, influenciando praticamente todos os profissionais da saúde que atuavam no país, em especial na cidade Rio. Reafirmando o discurso higienista, contribuindo diretamente para a objetivação das ideias e práticas do sanitarismo como ferramenta privilegiada no combate às principais doenças que afligiam as cidades oitocentistas. Influenciam diretamente na concepção de controle da natureza para o desenvolvimento das cidades, para o caso em tela, os desmanches de morros, morretes, aterramento de lagoas e várzeas, canalização e mudança de curso de rios, fazem parte das concepções higienistas destes intelectuais orgânicos do urbanismo fluminense.

A matriz teórica da SMCRJ era a escola pasteuriana de saúde da França, pois dos quatro fundadores dois eram médicos franceses e dois médicos brasileiros formados em Paris, portanto em profundo diálogo com o debate central sobre saúde no ocidente.

⁴Trato desta instituição em minha tese de doutorado defendida em 2020 – IPPUR/UFRJ.

Estes profissionais, formados a partir dos discursos e da compreensão da saúde através das reflexões do higienismo, tanto das associações médicas, quanto das faculdades de medicina do Rio e da Bahia, trouxeram a revolução pasteuriana para o ‘Planejamento Urbano’, caracterizando-se como intelectuais orgânicos do urbanismo em sua *práxis* na constituição de um ideal de cidade capitalista e industrial, fortemente influenciada pelo positivismo comtiano, igualmente de matriz francesa.

Nesta atmosfera intelectual, fazendo parte do mesmo campo do urbanismo fluminense, o Clube de Engenharia pode ser colocado como um importante ator neste processo de constituição de uma cidade complexa como o Rio de Janeiro e, em especial, a *communitas* banguense, como *topos* deste pensamento urbanístico, que se forma neste processo histórico. O Clube de Engenharia, fundado em 1880 por Conrado Niemeyer traz, segundo Azevedo (2016), uma forma mais ordenada de pensar as obras públicas e a própria cidade.

Havia um longo caminho de constituição do campo intelectual dos engenheiros, que disputavam com os médicos a primazia do higienismo ou do sanitarismo como ferramenta para a ‘cura’ das cidades. As doenças que assolavam as principais cidades no mundo eram essencialmente advindas da ausência de boas condições de salubridade.

As ações do Clube de Engenharia estavam principalmente na regulação da profissão de engenheiro e na disputa por cargos públicos ligados a construção das cidades como a Junta de Higiene Pública (1850-1886) e a Inspetoria Geral de Higiene (1886), que ocupou o lugar da Junta.

Este olhar técnico e científico é revelador de uma série de reflexões e propostas para a transformação do Rio de Janeiro em um lugar ideal para a moradia da elite senhorial brasileira e, ao mesmo tempo, uma cidade industrial que capitalizou para si uma revolução sob o ponto de vista econômico, dada a conjuntura financeira da cidade, como foi exposto anteriormente.

A centralidade da cidade capital atraía as elites senhoriais de todo Império desde 1808 e com a crescente dinamização econômica, pessoas de baixa renda foram igualmente atraídas em busca de uma vida melhor, migrando para o Rio de Janeiro. Inicialmente, estas pessoas que formaram a ‘*ralé*’ carioca, residiam nas franjas do core histórico. Posteriormente, foram sendo expulsas para lugares mais ermos e desestruturados como a Baixada Fluminense e o Subúrbio carioca, utilizando a linha do trem como vetor para o adensamento de regiões já ocupadas anteriormente.

A política de incentivo à imigração europeia igualmente contribuiu para a

diversificação desta população, formando uma nova cidade e abrindo para desafios cada vez mais complexos na gestão urbana, envolvendo os intelectuais orgânicos do urbanismo fluminense nestas reflexões acerca da cidade ideal.

Como foi colocado, médicos e engenheiros hegemonizaram este debate, formando um campo de ação teórica e prática sobre a modernização da malha urbana da cidade Rio. O ponto de inflexão deste campo de ação inicia-se na década de 1870 e prolonga-se até a reforma Pereira Passos em 1906.

Segundo os censos de 1872 e 1890 havia um número elevado de pessoas que habitavam a cidade Rio que eram naturais de outras províncias, respectivamente 26.036 de um total de 274.962 e 190.693 de um total de 522.651. Confirmando o crescente cosmopolitismo da cidade Rio, acrescenta-se respectivamente 84.279 e 105.202 estrangeiros residentes. Portanto, no ano de 1872, 40% do total da população carioca era composta por estrangeiros e migrantes de outras províncias do Brasil, no censo de 1890 este número subiu para 56% do total da população.

Recobrando a questão da categoria progresso enquanto fator estruturante da cidade Rio, percebe-se que alguns empresários se destacaram neste período como empreendedores ao aplicarem grandes recursos financeiros em equipamentos modernos para a nova indústria têxtil como pode ser visto nas exposições da indústria brasileira de 1881/1882 e na modernização das grandes fábricas têxteis a partir da política de importação de maquinário, hegemonicamente, inglês e de mão de obra europeia qualificada.

A Fábrica Bangu é um caso exemplar nesta conjuntura (Reis, 2020). Desde a ideia de se construir a maior e mais complexa Fábrica do Brasil, com os mais modernos equipamentos e mão de obra qualificada, passando pelas políticas sociais de amparo ao operário, mesmo que seja inicialmente, para uma minoria de trabalhadores qualificados. Esta política provocou um novo pensar sobre o processo produtivo.

A proliferação de fábricas e o adensamento da população, a partir do surto industrial de 1870/1880, trouxe um repensar da cidade através da ação ordenadora dos médicos e engenheiros. Pelo menos, um olhar mais racional e prático em que pese as ideias de civilização e progresso, como colocou Azevedo (2016).

Os problemas e as eventuais soluções para o crescimento acelerado da população e o consequente adensamento das áreas mais dinâmicas – central e portuária, encontrariam solução através deste olhar mais racional e ordenador do território, com forte influência do positivismo, que já ocupava o alto escalão da burocracia de estado.

Este crescimento acelerado da população da cidade Rio, despertou preocupações das autoridades públicas e da elite senhorial, que viram os espaços urbanos adensarem, principalmente, na região da Cidade Nova. Tomando as freguesias de São Cristóvão, Santana e Engenho Velho, que grosso modo compõe esta região, temos assim, nos censos de 1872 e 1890, respectivamente 65.980 (24% do total da população) e 113.694 (21% do total da população) habitando esta região.

O pensar a cidade para acomodar o fluxo de pessoas vindas de todas as partes do Brasil e de diversos países europeus, tornou-se ponto focal das autoridades do Estado e de seus intelectuais orgânicos. Cabe ainda observar o alargamento físico da ocupação humana que se espalhou em diversas direções consolidando os três vetores de crescimento, as atuais zonas Sul, Norte e Oeste. Esta preocupação ocupou as cabeças dos incorporadores da Fábrica Bangu, pois traz alguns problemas que poderiam prejudicar o bom funcionamento da Fábrica como ocupação irregular da região, em consequência da propaganda positiva.

É oportuno enfatizar que o discurso da ordem através do progresso e do higienismo, torna-se de grande importância para a consolidação desta *communitas* em pleno sertão carioca. A disciplina fabril é essencial para um bom ambiente de trabalho. Esta disciplina não pode ser dada apenas no interior da fábrica, ela precisa ser derramada para fora, nas ruas e no interior das casas, isto é, na *communitas* como um todo, criando uma cultura fabril, isto é, um verdadeiro modo de vida que se coaduna com os princípios ordenadores de uma fábrica.

Não obstante, o som agudo e disciplinador do apito da Fábrica faz-se necessário para ditar este ritmo novo de vida para os banguenses. O primeiro toque desperta o gigante vermelho e branco para o início do dia. O segundo apito indica o meio do dia, hora do almoço e do descanso. O terceiro apito menos agudo e mais brando, indicando o fim de mais um dia de trabalho. No dia seguinte se repete a mesma rotina dos apitos como os sinos das igrejas medievais que marcavam as horas e orientavam a vida, disciplinando os ouvidos e as mentes dos cristãos mais devotados.

Vasconcelos em sua triste narrativa acerca da Bangu (Reis, 2020), no livro *Meu pé de laranja lima*, traz em sua lembrança de infância, o som do apito da fábrica que disciplinava os operários e dava ritmo a vida dos habitantes desta *communitas* capitalista.

Devia ter gente fazendo serão na Fábrica e o serão não ia além das oito horas. Dificilmente passava das nove. Pensei na Fábrica um momento.

Não gostava dela. O seu apito triste de manhã tornava-se mais feio às cinco horas. A Fábrica era um dragão que todo dia comia gente e de noite vomitava o pessoal muito cansado. (Vasconcelos, 1968, p.38)

A disciplina fabril caminha ao lado do higienismo e do positivismo, contribuindo para a instauração da ordem como ferramenta de controle social e por conseguinte produtivo. É possível notar sob o ponto de vista da organização física da Fábrica e de sua Vila Operária, estas questões materializadas no desenho urbanístico da planta de 1909.

Fonte inestimável para análise desta cultura fabril pautada pela ordem, encontra-se nas poucas imagens da Fábrica e da Vila que revelam o cotidiano destas pessoas que se deslocam calmamente de suas casas para a Fábrica, sem trânsito ou confusões, de forma ordeira e disciplinada, com seus uniformes que fortalecem o espírito de corpo e, por conseguinte, de pertencimento à *communitas*.

Não há desculpas para atraso, a pontualidade precisa ser britânica como os mestres e contramestres que reforçam esta disciplina fabril com vigor senhorial, impondo a ética capitalista nos corações e nas cabeças dos operários. O progresso associado à ordem transforma este dia a dia em obrigação para aumento da eficiência do operário, que precisa se irmanar com o maquinismo higienista cada vez mais avançado, dando um dinamismo à vida do operário dentro e fora da Fábrica.

Na Vila as ruas largas, retilíneas e calçadas facilitam a compreensão desta lógica ou *ethos*, assim como a organização eficiente do projeto urbanístico planejado por engenheiros que levaram em conta a máxima eficiência para os deslocamentos e para o conforto dos operários agraciados com uma das 95 casinhas da Vila. O bosque planejado, com suas alamedas perfeitamente arborizadas em profundo diálogo com os jardins ingleses, proporcionam um ambiente austero, ordenado e controlado que associava Bangu a uma vila inglesa. Havia um pomar e um viveiro de plantas que serviam para o cultivo de mudas que foram utilizadas na arborização desta *communitas*, como está demonstrado na Planta da Fábrica e da Vila Bangu de 1909 e em diversos artigos de jornais de época.

Todo este esforço para se criar um tipo de vida diferente causou estranheza, principalmente, do operariado brasileiro que não detinha ainda uma cultura fabril mais rigorosa. Houve resistências ao discurso da ordem que se implanta nesta *communitas*. Há muitas notícias em jornais de conflitos entre brasileiros e estrangeiros pelos motivos mais banais possíveis (Severino, 2015).

De toda maneira, a ordem se impôs ao longo do tempo ditando os caminhos que esta *communitas* deveria percorrer. Tanto o progresso quanto o higienismo foram

essenciais enquanto discurso e prática cotidiana no processo de constituição de um modo de vida novo para a maioria dos operários da Fábrica Bangu. A *civitas* foi um elemento chave neste processo de domesticação do operário da fábrica e dos moradores da região periférica da *communitas* banguense.

Isto não significou a ausência de resistências ao modelo imposto pelo autoritarismo do capitalismo industrial e senhorial e sim, certas acomodações e adaptações que foram colocadas ao longo do tempo, através das políticas sociais da direção da Fábrica Bangu durante a gestão de João Ferrer (1903-1919) que marca a primeira fase desta *communitas* capitalista.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjn97rk6c2LAXWfuJUCHbtEIycQFnoECBYQAAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufba.br%2Findex.php%2Frua%2Farticle%2Fdownload%2F3073%2F2195%2F7218&usg=AOvVaw3kQe9oDSOZmWDJMGXVz3&opi=89978449>

Acesso em: 18 fev. 2025

AZEVEDO, André Nunes de. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUCRIO e Editora Mauad X, 2016. Disponível em:

<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjx1Kb86c2LAXWpnpUCHSnAG4gQFnoECBcQAQ&url=http%3A%2F%2Flabelleuerj.com.br%2Fdownloads%2Fsugestoes-de-leitura%2Fandre-azevedo-a-grande-reforma-urbana.pdf&usg=AOvVaw3DxCZmSS7qmGDZUzqaPMzr&opi=89978449>

Acesso em: 18 fev. 2025

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2011.

Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjViZOL6s2LAXWBp5UCHQz9N-oQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Ffiles.cercomp.ufg.br%2Fweby%2Fup%2F988%2Fo%2FBOURDIEU_Pierre._O_Poder_Simb%25C3%25B3lico_\(2\).pdf&usg=AOvVaw1JEYUHjzbQgFXDRNqCQSpr&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjViZOL6s2LAXWBp5UCHQz9N-oQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Ffiles.cercomp.ufg.br%2Fweby%2Fup%2F988%2Fo%2FBOURDIEU_Pierre._O_Poder_Simb%25C3%25B3lico_(2).pdf&usg=AOvVaw1JEYUHjzbQgFXDRNqCQSpr&opi=89978449)

Acesso em: 18 fev. 2025

DREIFUSS, Renè Armand. **A conquista do Estado** (Ação política, poder e golpe de classe). Petrópolis, Vozes, 1981. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwigvbiY6s2LAXVYmZUCHVkcO4EQFnoECBsQAQ&url=https%3A%2F%2Fgatedb.ufrj.br%2Fwp->

[content%2Fuploads%2F2021%2F02%2FDREIFUSS%2C%2520Ren%25C3%25A9%2520Armand_1964%2520-%2520A%2520conquista%2520do%2520Estado.%2520A%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520pol%25C3%25ADtica%2C%2520poder%2520e%2520golpe%2520de%2520classe%2520\(pesquis%25C3%25A1vel\)_compressed-compactado.pdf&usg=AOvVaw0Enn0s1gIPsdZ-EAghidi_&opi=89978449](#) Acesso em: 18 fev. 2025

ENGELS, Friedrich. **A Questão da Habitação**. Belo Horizonte: Aldeia Global Editora. 1979. Disponível em:

[FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjptuyu6s2LAXUmpJUCHRArTB94QFnoECBgQAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.unila.edu.br%2Fsures%2Farticle%2Fdownload%2F204%2F210%2F808&usg=AOvVaw0KRURZa9Ye8xWu2q3gT8H&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025</p>
</div>
<div data-bbox=)

FARIA, Fernando Antônio. **Três apitos - Estudo sobre a gênese e expansão da Companhia Progresso Industrial do Brasil (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado em História, UFF/PPGHS: Niterói, 1985. Disponível em:

[FREITAS, Adriana de Oliveira. **Abalou Bangu! A Fábrica Bangu e a República Nascente \(1889-1914\)**. Dissertação de Mestrado em História, UFES: Vitória, 2005. Disponível em:](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiHldDC6s2LAXUXq5UCHYGTBBQQFnoECCIQAAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Facademico%2Fpt-br%2Fdissertacoes-e-teses%2Fdissertacoes%2F%3Fpage%3D84&usg=AOvVaw130f15JrHkUWnVDibPVvM2&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025</p>
</div>
<div data-bbox=)

[FRIDMAN, Fania. **Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro**. Anais ENANPUR, 2017. Disponível em:](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewjH5I_j6s2LAXWtkZUCHfcLQqwQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ufes.br%2Fitems%2F30866928-fc6a-4dd2-bea8-f46bf2ce9c13&usg=AOvVaw01heUCbDXISNyKOowaDsl6&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025</p>
</div>
<div data-bbox=)

<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2010> Acesso em: 28 jan. 2025

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o estado Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. Disponível em:

http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewi1g-GO682LAXWHRZUCHV8QBfMQFnoECBUQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.dominiopublico.gov.br%2Fpesquisa%2FDetalheObraDownload.do%3Fselect_action%3D%26co_obra%3D205179%26co_midia%3D2&usg=AOvVaw0aFTyOFwkJWlabtR2GNHS&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. SP: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Revista Espaço e Debates, São Paulo, Ano II, n.6, p.6-35, jun/set 1982. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiph7Sl682LAXWbu5UCHXnTKL8QFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Ffanais9coloquiomarxengels.wordpress.com%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F07%2Fconflitos-em-torno-do-ambiente-urbano-e-conscie3aancia-de-classe-reflex3b5es-a-partir-da-obra-de-david-harvey-marco-marques-pestana.pdf&usg=AOvVaw2UQIX16ivUbqYMoMangabQ&opi=89978449>
Acesso em: 18 fev. 2025

HOCHMAN, Gilberto **A era do saneamento**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwifqG-682LAXWTqJUCHYwXOyYQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Ffj%2Ffrcsoc%2Fa%2Fc5nrwFbbPS6L9Wqt43HXhMh%2F&usg=AOvVaw0xiBE1p-LXyekCo9pGR5gg&opi=89978449>
Acesso em: 18 fev. 2025

MARX, Karl. **18 brumário de Luis Napoleão**. Rio de Janeiro: Editora Edipro, 2018.

MORSE, Richard M. **O Espelho do Próspero**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOORE, JUNIOR. B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

REIS, Paulo Cesar dos. **Os intelectuais e a circularidade cultural na América Portuguesa**: O caso da Academia Científica do Rio de Janeiro (1771-1779).

Dissertação de Mestrado em História, UFF/PPGHS: Niterói, 2006. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj7LV682LAXXpjJUCHS7sKKwQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.historia.uff.br%2Facademico%2Fen%2Fdissertacoes-e-teses%2Fdissertacoes%2F%3Fpage%3D58&usg=AOvVaw0KrZa1pGqgT5giPad4fVv&opi=89978449>
Acesso em: 18 fev. 2025

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. **Mestres estrangeiros; operariado nacional**: Resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1890-1920). Dissertação de Mestrado em História, UNB: Brasília, 2015. Disponível em:

http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwui457n682LAXXhq5UCHaotEKEQFnoECBQQAQ&url=http%3A%2F%2Ffics.unb.br%2Fjsui%2Fbitstream%2F10482%2F20424%2F1%2F2015_CarlosMolinariRodriguesSeverino.pdf&usg=AOvVaw0z_0oyyIGjVSE9i2HPwjql&opi=89978449
Acesso em: 18 fev. 2025

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. **Bangu**: A fábrica e o Bairro. Um estudo histórico (1889-1930). Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ: Rio de Janeiro, 1985.

Disponível em:

http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwui457n682LAXXhq5UCHaotEKEQFnoECBQQAQ&url=http%3A%2F%2Ffics.unb.br%2Fjsui%2Fbitstream%2F10482%2F20424%2F1%2F2015_CarlosMolinariRodriguesSeverino.pdf&usg=AOvVaw0z_0oyyIGjVSE9i2HPwjql&opi=89978449

[=8&ved=2ahUKEwj2n5v2682LAXUQkpUCHY50HN8QFnoECBcQAQ&url=http%3A%2F%2Ficts.unb.br%2Fjsui%2Fbitstream%2F10482%2F20424%2F1%2F2015_Carlo%2F%2Fbuscaintegrada.ufrj.br%2FRecord%2Faleph-UFR01-000082390&usg=AOvVaw0z_0oyyIGjVSE9i2HPwjql&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj2n5v2682LAXUQkpUCHY50HN8QFnoECBcQAQ&url=http%3A%2F%2Ficts.unb.br%2Fjsui%2Fbitstream%2F10482%2F20424%2F1%2F2015_Carlo%2F%2Fbuscaintegrada.ufrj.br%2FRecord%2Faleph-UFR01-000082390&usg=AOvVaw0z_0oyyIGjVSE9i2HPwjql&opi=89978449) Acesso em: 18 fev. 2025

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. **Bangu – o singular e o plural na organização do espaço urbano**. Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 1993.

Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi3u9iD7M2LAXXxqJUCHexqA98QFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fbuscaintegrada.ufrj.br%2FRecord%2Faleph-UFR01-000082390&usg=AOvVaw19oxejVL_FeDOA_9-BRgCj&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

OLIVEIRA, Márcio Pinon. **Bangu: de Fábrica-Fazenda e Cidade-Fábrica a mais uma Fábrica da Cidade**. Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 1990.

Disponível em:

<http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjaj-7y7M2LAXXxqZUCHet-Mk0QFnoECBgQAQ&url=http%3A%2F%2Furbandatabrasil.fflch.usp.br%2Ftrabalhos-de-conclusao-e-monografia%2Fbangu-de-fabrica-fazenda-e-cidade-fabrica-mais-uma-fabrica-na&usg=AOvVaw0C1ku-YcsqVyJ20Y137yp1&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro**. In: Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol X, n° 218, 1 de agosto de 2006. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj9_7yi7M2LAXXxqZUCHet-Mk0QFnoECBgQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ub.edu%2Fgeocrit%2Fsn%2Fsn-218-51.htm&usg=AOvVaw0DIWYy5TtAp022e8gcNMSM&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025

PENNA, Lincon Verbete **Positivismo**. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>
Acesso em: 30 abr. 2019

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.